



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

POLÍTICA E SOCIEDADE NAS ENCRUZILHADAS DA AMÉRICA LATINA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O NEOLIBERALISMO E O PÓS-LIBERALISMO (1980-2014)

Andreza dos Santos Sousa - Autor (1); Leandro Sessa - Orientador (2)

Universidad Nacional de La Plata, andrezassousa@yahoo.com.br, lesessa@yahoo.com.ar

Resumo: Compreender a problemática dos movimentos sociais na América Latina, a atuação da esquerda ou centro-esquerda, o surgimento de organizações multilaterais, suas influências nos países latinoamericanos são importantes para entendermos um pouco mais sobre o atual contexto histórico, econômico e social, bem como as políticas sociais foram concebidas nesses países. É um cenário complexo, marcado por mudanças fortes, onde os fatos ocorrem de forma simultânea. Surge o neoliberalismo com o intuito de reduzir o papel do Estado, mas isso acentua as desigualdades sociais, eleva das taxas de desemprego, aumenta a criminalização dos protestos sociais, além de ditar o que cada país deve se especializar em nome de uma chamada reforma estrutural. As lutas sociais foram intensas e a esquerda chega ao poder, mas sofre mudanças em alguns países assume uma postura centro-esquerda, mas isso não é tudo, pois as organizações multilaterais apesar de ceder às pressões dos movimentos sociais, no âmbito das políticas sociais elas ainda interferem nas demais políticas como podemos verificar no caso do Brasil com o Programa de Educação Básica para as Regiões Norte e Centro-Oeste (Programa Monhangara) que foi um dos projetos financiados pelo Banco Mundial. Esses são alguns elementos que estão presentes nas encruzilhadas da América Latina vivendo uma política pós-liberal.

Palavras-chave: América Latina, Movimento Sociais, Governo de Esquerda, Organizações Multilaterais.

POLÍTICA E SOCIEDADE NAS ENCRUZILHADAS DA AMÉRICA LATINA: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O NEOLIBERALISMO E O PÓS-LIBERALISMO (1980-2014)

Andreza dos Santos Sousa - Autor (1); Leandro Sessa - Orientador (2)

Universidad Nacional de La Plata, andrezassousa@yahoo.com.br, lesessa@yahoo.com.ar

1 INTRODUÇÃO

Este breve estudo busca refletir acerca do neoliberalismo e do pós-liberalismo, em um recorte temporal de 1980 a 2014, neste não se trata de revisitar exaustivamente os conteúdos bibliográficos, nem os conceitos, mas compreender um pouco mais sobre as características



históricas do neoliberalismo e do pós-liberalismo na América Latina e no Brasil, bem como, a relação dos organismos multilaterais na construção de políticas sociais e a introdução da lógica capitalista nas escolas brasileiras.

Durante a década de 80, com a ocorrência da crise econômica mundial, que proporcionou um desequilíbrio nas balanças de pagamentos dos países em desenvolvimento, resultando em escoamentos de recursos destes países, tendo em vista que o contexto dessa crise perpassava um modelo social de acumulação e de reestruturação produtiva que impôs novas formas de produção, organização e gestão do trabalho e novas estratégias que permitissem a rearticulação da política econômica internacional, visando à recuperação de seu ciclo de reprodução, tão necessária à manutenção da hegemonia global sob a égide do capital (OLIVEIRA, 2005 *apud* REIS, C.N. et al. 2010, p. 14).

Desse modo, busca-se aqui compreender as características históricas do neoliberalismo e do pós-liberalismo na América Latina e no Brasil bem como, a relação dos organismos multilaterais, as políticas sociais e a introdução da lógica capitalista no segmento educacional.

O movimento da esquerda se mantém ativo e luta para que as agências multilaterais cedam a pressão que exerciam sobre os governos para redução do endividamento público a qualquer custo e assim, os governos voltaram a introduzir a dimensão social na matriz econômica para suprir em parte as necessidades da população. Especificamente, apresenta como ocorreu no Brasil a influência dos organismos multilaterais na construção de políticas sociais e a introdução da lógica capitalista nas escolas brasileiras. Desse modo, considera-se importante conhecer um pouco sobre esse contexto, os fatos históricos, econômicos e sociais que implicam nas relações e situações atuais em vivem atualmente os países da América Latina.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa consiste em estudo bibliográfico-descritivo. As pesquisas bibliográficas são elaboradas com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações, anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como, material disponibilizado pela internet (GIL, 2010, p. 29-30).



Para Cervo e Bervian (1996, p. 49), estudos descritivos consistem em observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. [...] Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas. O desenvolvimento do presente estudo ocorreu da seguinte forma: pesquisas bibliográficas referentes aos movimentos sociais e o novo cenário regional (neoliberal), um giro da esquerda na América Latina (pos-liberal). Para isso, procedeu-se uma análise nos artigos científicos localizados em diferentes sítios na internet.

O tratamento dos dados consiste em fazer uma reflexão e promover uma compreensão do panorama do neoliberalismo e do pós-liberalismo no período de 1980 a 2014.

2 O NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA: MOVIMENTOS SOCIAIS

Toda a América Latina, incluindo assim o Brasil, padece desde o fim da colonização, é perceptível que as influências dos colonizadores deixaram marcas profundas, mas este não é apenas o grande problema. Durante o período da Guerra Fria os Estados Unidos bem como, os países capitalistas centrais notaram a importância dessa região, incluindo o Brasil, pois passavam por um período de reestruturação do capitalismo. O interesse era que essa região abrigasse parte de seus parques industriais, isso geraria mais rentabilidade. Todavia, esse passo apenas fortalecia a influência dos Estados Unidos sob o Brasil e o restante da América Latina.

Entretanto, com a crise do petróleo era preciso atenção com a situação e manter o controle nesses países. Para isso foram criadas várias organizações, dentre elas: o BIRD – Banco Internacional de Reconstrução Econômica e o FMI – Fundo Monetário Internacional. Ambas mantiveram fortes influências no âmbito da economia e das questões sociais, ou seja, de um modo geral, das políticas sociais. Esses fatos emergem com maior visibilidade durante a década de 90.

No entanto, o surgimento dessas organizações data de 1944, fruto do interesse dos países capitalistas, durante a realização da Conferência de Bretton Woods. Essas organizações possuem papéis similares, embora

o FMI conceda empréstimos de curto prazo para questões macroeconômicas, a fixação de códigos de conduta política para os países credores e a definição de precondições para o crédito do Banco. Enquanto o BIRD, atua como agência de financiamento a longo prazo e de assistência técnica para projetos econômicos e sociais específicos. (PETERSEN, 2010 p.40)



Essas organizações se tornaram os pilares fundamentais da ordem econômica internacional, porém, devido às mudanças cada vez mais constantes a divisão de papéis entre elas também vem sofrendo alterações, decorrentes das suas similaridades e atuações. Por outro lado, também ocorreram mudanças fortes por parte das populações, a intensificação das lutas de classes, os constantes conflitos, tudo isso, contribuiu para geração de distintos estados de Bem-Estar.

Retoma-se aqui a crise do petróleo em 1973 que foi agravada pelo abandono dos Estados Unidos ao acordo de Bretton Woods. Nesse contexto o dólar deixa ter a referência o padrão ouro, isso acarretou a quebra do sistema de câmbio. E com isso, a recessão.

Com a estabilidade monetária passou a ser a meta suprema de todos os governos, tornou-se necessária uma disciplina orçamentária muito grande. Inicialmente a contenção de gastos com bem-estar social a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar o poder dos sindicatos (ANDERSON, 1995 *apud* PETERSEN, 2010).

Este fato mostra como se inicia a expansão do neoliberalismo. Mesmo que não instalado de uma vez por todas. Alguns exemplos: em 1973, a ditadura de Pinochet no Chile; a partir de 1979 se espalha pela Europa: na Inglaterra com a Margareth Thatcher, em 1980 chega aos Estados Unidos pelo Ronald Reagan, em 1982 na Alemanha com o Kohl, em 1983 na Dinamarca com o Schluter. Todos eles atacavam de frente a desorganização dos trabalhadores, o desemprego em massa, a desmobilização sindical e sua repressão, a privatização de bens públicos. Para eles era preciso reduzir o papel do Estado e o caminho do encontrado era enfraquecendo os sindicatos e provocando a flexibilização do mercado de trabalho. Svampa (2006 p. 142) caracteriza isso muito bem:

Este proceso de redistribución del poder social condujo a un nuevo escenario, caracterizado por la gran asimetría de fuerzas, visible, por un lado, en la fragmentación y la pérdida de poder de los sectores populares y amplias franjas de las clases medias y, por otro lado, en la concentración política y económica en las elites de poder internacionalizado.

Todo esse processo foi marcado por desigualdades sociais, as falhas: políticas, econômicas, sociais e culturais e nesse processo se caracteriza por uma assimetria, pois de um lado toda a fragmentação do poder dos setores da população, por outro a concentração política e econômica do poder internacional. Todavia, esse registro histórico não é linear, tendo em vista que dentro desse processo tudo ocorre de forma simultânea.

A América Latina recebe a expansão do neoliberalismo pela via do desenvolvimentismo apesar das altas taxas de endividamento que esses países possuíam. Nos anos 80 foram marcados por grandes lutas sociais, em prol das transformações da estrutura social. Estas transformações foram pensadas nas seguintes dimensões: a territorialidade, a ação direta, desenvolvimento de alternativas da democracia direta e a demanda por autonomia.



Por outro lado frente a esse cenário incerto, os Estados Unidos, o FMI e o BIRD estabeleceram um conjunto de medidas, conhecido por Consenso de Washington. Este impunha a América Latina um ajuste macroeconômico. Era necessário seguir todas as recomendações contidas no consenso, se os países tivessem interesse em renegociar suas dívidas. Consoante Fiori (2001, p.31): “era dessa maneira, os governos latino-americanos foram transferindo a ‘capacidade de decisões’ para aquelas entidades internacionais que passaram a ditar o que deveriam fazer.”

Assim, observa-se que todos os movimentos empreendidos, todas as conquistas, a intervenção ocorre de forma distinta em toda a extensão da América Latina. De forma geral, têm-se as privatizações, os ajustes fiscais, os escoamentos dos recursos naturais, o mono cultivo, os megaprojetos. Esses movimentos sociais ao longo tempo, foram marginalizados, implantaram um discurso com uma tendência a militarização debilitando a seguridade cidadã.

3 UMA POLÍTICA PÓS-LIBERAL NA AMÉRICA LATINA: UM GIRO EM TORNO DA ESQUERDA

A luz do pensamento de Ardití (2009) há uma ambiguidade no termo esquerda, isso decorre da postura assumida pela esquerda Latina Americana. Onde os partidos socialistas e as organizações de centro-esquerda começaram a deixar em segundo plano suas resistências frente à economia de mercado, pormenorizar os discursos das lutas de classe frente à internacionalização, a soberania westfaliana restrita.

Essa discussão acerca da esquerda preocupa os acadêmicos, enquanto que os movimentos sociais e os partidos estão à parte dessa discussão. Uma vez que os movimentos sociais, por exemplo, não se preocupam com isso, desempenham suas atividades independentes do “rótulo: esquerda”.

Os acadêmicos, políticos e jornalistas ao falar de um giro da esquerda caracterizam os esquerdistas por uma série de fatores: as posturas, as políticas públicas, os gestos, os padrões discursivos que possuem seus líderes, pois foram classificados como tais.

Ardití (2009) ao citar Jorge Castañeda (2006) afirma que há definição a meio termo, nem boa, nem má completamente. Para Castañeda (2006, p. 32) a esquerda é:

esa corriente de pensamiento, política y policy que coloca el mejoramiento social por en cima de la ortodoxia macroeconómica, la distribución igualitaria de la riqueza por sobre su creación, la soberanía política por sobre la cooperación internacional, la democracia (al menos cuando está en la oposición, aunque no necesariamente una vez que llegan al poder) por sobre la efectividad gubernamental.



Assim, Castañeda compreende que há dois tipos de esquerda na América Latina uma "moderna, aberta e reformista" e outra "nacionalista, estridente e fechada."

O autor ainda estabelece um marco conceitual para especificar a política de esquerda e elege critérios de razões teóricas e práticas. As razões teóricas versam acerca da igualdade, solidariedade e participação social e que não existe uma esquerda unitária, pois a esquerda depende do seu contexto de surgimento. Enquanto que as razões práticas são os fatos de que esquerda se trata de uma experiência histórica resultante de acertos e erros, a relação estratégica: ação versus inimigos e por fim as representações da esquerda em manifestos, panfletos, artigos que se propõe a responder quem somos e porque lutamos. Essas razões teóricas e práticas são entrelaçadas.

Para Ardití a esquerda na América Latina é caracterizada por uma inevitável heterogeneidade e diversidade, por sua extensão, pelos líderes esquerdistas, por correntes ideológicas, pelas trajetórias políticas partidárias, pela composição de alianças e blocos de poder, da liderança presidentes eleitos e escolhas de modelos de gestão mais reformista ou fechada.

Diante desse contexto já entendido como complexo, as políticas neoliberais não tiveram o resultado esperado pelos propulsores dessas políticas. A receita de bolo elaborada pelo Consenso de Washington foi reavaliada, pois não gerava o esperado "o bem-estar social." Como resultado disso tudo, as agências multilaterais e os governos voltavam a introduzir a dimensão social na matriz econômica para evitar o descontentamento geral da população.

Quanto à dimensão pós-liberal da política de esquerda, o autor afirma que é possível agrupar a espessa literatura sobre a esquerda de acordo com a classificação: política convencional ou política alternativa. As políticas convencionais possuem ênfase na governança, os partidos dos trabalhadores e os movimentos que operam em órgãos executivos e legislativos nacionais e locais.

O lócus clássico da democracia cidadã no pensamento liberal se caracteriza por três aspectos: o reconhecimento de igualdade perante a esfera pública, a natureza voluntária da participação e demanda política de emponderamento. Um desafio para o liberalismo que não pode ser menosprezado, a expansão e a legitimação da política fora do Estado-Nação impetrada por atores que ficam abaixo do nível governamental.

O pós-liberalismo não tem um final lapidado a ser observado, ou seja, um capítulo de nossas vidas com o final não escrito é um processo que se caracteriza como uma transição, com fins de reorganizar a economia, definir o novo papel do Estado, o surgimento de novos atores sociais, onde os mercados livres não são o único caminho para a condução de políticas econômicas; é necessário



incluir os blocos de poderes. Todavia, as esquerdas da América Latina são mais pós-liberais do que antiliberais.

4 A INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS MULTILATERAIS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS E A INTRODUÇÃO DA LÓGICA CAPITALISTA NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

No Brasil, uma dicotomia, com a aprovação da Carta Magna em 1988 que garante diversas conquistas sociais e com a possibilidade de construção de um Estado de Bem-Estar, por outro lado, vivia a imposição do neoliberalismo que em essência enfatizava a redução de gastos com políticas sociais. Conforme afirma Soares (2000, p. 35): “o país foi pego a meio caminho, na sua tentativa tardia de montagem de um Estado de Bem-Estar Social.”

A manutenção da estabilidade monetária é a única preocupação do neoliberalismo e o Brasil dentro desse contexto vivendo isso ‘a meio caminho’ se deparou com consequências cruéis para sua estrutura social, implicando diretamente nas relações de trabalho e no emprego, de consumo, da proteção social e da vida dos brasileiros. Tudo porque o mercado define como serão reguladas essas relações, é importante ressaltar que direitos sociais não eram prioridades para o neoliberalismo.

Tudo isso implicou em mudanças (boas ou más...) nas políticas sociais brasileiras. Conforme Petersen (2010, p.44) afirma

Com a imposição da agenda neoliberal, o Brasil dos anos noventa promoveu uma reestruturação (o desmonte) das políticas sociais, levando em conta três aspectos – a descentralização, a desconcentração e a focalização – aniquilando a cidadania social, vislumbrada pela Constituição Federal de 1988, chamada de Constituição Cidadã, por Ulysses Guimarães.

Essas mudanças trouxeram cargas pesadas a cada instância do Estado Brasileiro. A autora discorre que a política de descentralização teve por objetivo de encarregar aos estados da federação e a seus municípios muitas responsabilidades, justificando uma redução dos gastos públicos e da burocracia nas prestações de serviços públicos. Isso gerando um distanciamento dos usuários aos centros de decisões.

É durante o governo do Fernando Collor de Melo (90-92) que o Brasil se insere no projeto neoliberal, ocorre um aumento da inflação, a abertura de mercados, dentre outros fatores e com isso restou ao Brasil sua submissão ao FMI e ao BIRD. Mas, era preciso estabilizar a economia e essa



foi à missão inicialmente coube ao Itamar Franco (92-95), estabilizar a economia exigia a intervenção do Estado para ordenar os investimentos, definir prioridades e socorrer o mercado e os bancos, obviamente que em detrimento das políticas sociais (FIGUEIREDO, 2001).

Nesse processo o Itamar Franco contou com o apoio do Fernando Henrique Cardoso que era seu Ministro da Fazenda e que inspirado nas diretrizes do BIRD e do FMI criou o Plano Real, todavia, era um momento difícil para o desenvolvimento social que sofria com as incompatibilidades, pois a expansão da desigualdade social e o enfraquecimento das intervenções do Estado na área social eram grandes.

O Fernando Henrique (95-2003) chega à presidência com o discurso de que irá modernizar o país, e na tentativa de realização o seu discurso sempre alinhado aos interesses do BIRD e do FMI iniciou o processo de privatizações das empresas estatais em todo o Brasil. Lançou isso, como proposta aos estados da federação que para sanarem suas contas era preciso se desfazer de alguns bens. No entanto, só fortaleceu as políticas sobre o mercado, tendo isso um efeito muito ruim, pois provocou o aumento do desemprego, da queda de renda e da informalidade. O professor Fagnani (2005) apresenta os seguintes dados em sua entrevista,

Em, 1990, 60% do trabalho era com carteira assinada; em 2002, caiu para 40%. Sabemos que a carteira assinada é um divisor de águas entre a cidadania e a exclusão: possui direitos, quem tem emprego formal. É brutal a quantidade de pessoas que passaram a serem cidadãos de segunda classe. A queda da mobilidade social e a desestruturação do mercado de trabalho estão na base da chaga social que estamos vivenciando nos últimos anos, como a violência, o tráfico de droga, a prostituição infantil, a desestruturação das famílias etc.

O Professor Fagnani (2005) também ressalta a fragilização das políticas sociais, no âmbito da assistência social, da saúde da educação. E destaca as incongruências: extingue-e a Funabem e a LBA pertencentes à estrutura de assistência social, na saúde, a criação do SUS, porém em ambas, “descentraliza” a gestão e mantém os recursos vinculados a União. Já na educação a história não é tão diferente, apenas a educação básica teve um pouco mais de atenção nesse processo. Os estados e municípios estavam fragilizados economicamente.

No período de 2003 a 2010, o governo Lula encontra uma conjuntura difícil, interna e externamente, e faz a opção de manter as relações parcimoniosas com os setores conservadores. Nesse período, foi preciso recuperar a economia e a estratégia adotada foi desenvolver uma política competitiva de exportações utilizando produtos oriundos do agronegócio e produtos industriais de baixa composição tecnológica alcançando, assim, apoio de setores importantes da burguesia.



No âmbito da educação alguns avanços podem ser ressaltados, apesar das suas dicotomias, foi criado o maior programa de bolsas de estudos universitárias, promove inclusão social, mas o ganho capitalista é do setor privado. Mas, o governo não se limitou apenas a fornecer essas bolsas investiu também na construção de novas universidades para garantir o acesso gratuito há mais jovens brasileiros, inicia ainda em seu governo a expansão das escolas técnicas. Mesmo com esses pequenos avanços, a interferência das instituições multilaterais é significativa.

De 2011 a atualidade, temos o governo da presidente Dilma Rousseff, seu governo também mantém uma postura parecida com a do governo anterior, mantém o programa de transferência de renda (Bolsa Família) na área de assistência social, na área da saúde cria o Programa Mais Médicos, e na educação consolida a expansão das escolas técnicas e das universidades e cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Desde sua reeleição a presidente vem enfrentando fortes embates políticos e econômicos. Assim, observa-se que mesmo os governos que possuem uma preocupação com o Bem-Estar social, também encontram barreiras já impostas pelas imposições do FMI e do BIRD.

Assim, podemos especificamente observar como o BIRD, um agente central na política internacional promove suas intervenções nos países em desenvolvimento. As reformas econômicas inicialmente foram colocadas como absolutas, mas com o passar do tempo percebeu a necessidade de adaptação às realidades de cada estado. Motivado pelo aumento da exclusão social e consequente pobreza das populações, ainda na década de 90 tem-se uma (pequena) modificação na agenda neoliberal, incluindo a educação.

Para Scaff (2013, p.100) “os projetos desenvolvidos pelo Banco Mundial para a educação brasileira têm por finalidade a formação de indivíduos para o mercado de trabalho, buscando inserir a lógica do capital internacional nas escolas”. Paro questiona se é função da escola formar para o mercado de trabalho? Para ele é preciso refletir acerca dessa influência do Banco Mundial nas políticas educacionais brasileiras.

Paro utiliza, para exemplificar, o Programa de Educação Básica para as Regiões Norte e Centro-Oeste (Programa Monhangara), realizado no Brasil durante o período de 1984-1992, este foi o quinto projeto na área educacional desenvolvido pelo governo brasileiro que contou com o apoio financeiro do Banco Mundial. Paro (2013) apresenta alguns pontos que influenciaram a política educacional brasileira: a) a baixa qualidade e a ineficiência interna das quatro séries iniciais do ensino de primeiro grau; b) a falta de acesso ao ensino básico de todas as crianças brasileiras na faixa etária de 7-14 anos; c) a fraqueza administrativa da maciça rede educacional que cobre todo o



país; e d) a falta de cobertura de custos recorrentes e de capital associados à escolarização primária. (Banco Mundial, 1984, p.2)

Apesar disso um dos objetivos do programa eram a “criação de capacidade institucional – gerência e investimento para o ensino básico nos níveis Municipal, Estadual e Federal do governo” (Brasil, 1984, p. 54). Segundo o autor, é preciso conhecer as características específicas do trabalho desenvolvido na escola e a peculiaridade dos objetivos da organização escolar, desse modo:

À diferença das empresas em geral, que visam à produção de um bem material tangível ou de um serviço determinados, imediatamente identificáveis e facilmente avaliáveis, a escola visa fins de difícil identificação e mensuração, quer devido ao seu caráter, de certa forma, abstrato, quer em razão do envolvimento inevitável de juízos de valor em sua avaliação. Outra especificidade da escola diz respeito a seu caráter de instituição prestadora de serviços, que lida diretamente com o elemento humano. Aí, o aluno é, não apenas o beneficiário dos serviços que ela presta, mas também participante de sua elaboração. [...] Finalmente [...] há consideração da intensidade do “fator” mão de obra na “empresa” escolar. Enquanto, na empresa produtora de bens e serviços em geral, é bastante grande a participação relativa das máquinas e demais meios de produção em geral, com tendência constante e sua intensificação cada vez maior, na escola é a mão de obra que possui participação relativa mais elevada. (Paro, 1986, p. 126)

A autora evidencia dessa forma, a irradiação das regras da empresa capitalistas para a escola, considerando à predominância dos mecanismos gerenciais na administração escolar, à burocratização das instituições escolares, por meio do excesso de normas e regulamentos à desqualificação profissional do professor, não só por intermédio da implantação da divisão do trabalho como fator de desqualificação, mas também pela desatenção para com a degradação do seu produto (Scaff, 2013, p. 110). E arremata que esses aspectos de irradiação das regras capitalistas para instituições escolares, podem ser observados nas tendências do Banco Mundial para a educação brasileira, conforme apontado nos objetivos do programa, citado acima.

Por fim, Scaff (2013) afirma que para o Banco Mundial a educação é entendida a partir da lógica do capital, sendo a educação importante instrumento de promoção do crescimento e da redução da pobreza, ou seja, um instrumento para formar o indivíduo para o mercado de trabalho e que a escola, por estar inserida nas relações sociais capitalistas, é um espaço de luta, de contradições que se evidenciam ou se ocultam de acordo com o movimento histórico da sociedade. Assim, para ele “a escola capitalista, porque sempre preparou para viver na sociedade capital, sem contestá-la sempre preparou para o trabalho [...]. Talvez agora, quando essa função mais se explicita, seja o momento mais adequado para um movimento contrário (Paro, 2001a, p.24).”



A educação brasileira sofreu muitas interferências e distorções, devido aos descompassos econômicos e aos acordos políticos internacionais. É sabido que a gestão pública precisa apresentar resultados, mas no âmbito educacional é preciso qualificar esses resultados, não apenas quantificá-los. Seguir receita pronta, não traz os mesmos resultados, pois há especificidades que precisam ser consideradas e algumas dessas fazem toda a diferença.

5 CONCLUSÃO

Esses últimos 30 anos foram marcados por muitas mudanças na América Latina, principalmente pela criação e imposição do FMI e do BIRD. Um dos principais acontecimentos foi a crise do petróleo em 1973 que desencadeou uma série de orientações aprovadas no Consenso de Washington que deveriam ser seguidas pelos países da América Latina, sendo que dentre essas orientações impuseram que as políticas sociais deveriam ser restritamente reduzidas.

Os anos 80 foram marcados pelas lutas de classes, pela defesa dos direitos sociais, pois as mudanças que as transformações políticas e econômicas no âmbito internacional trouxeram, foram demarcadas pelo capitalismo que sofria uma de suas crises. Todavia, o discurso era por uma estabilização macroeconômica da América Latina e o que isso resultou à esses países atualmente, é um endividamento elevado com essas organizações.

Especificamente o Brasil, em 1988 aprovou sua nova Constituição Federal que garante várias conquistas sociais e isso gerou incompatibilidades, como adequar? Pois, o Estado na década de 90 manteve uma postura de estado mínimo, desprezando as conquistas constitucionais resultando em desmobilizações, desarticulações e falta de investimentos em áreas sociais, inclusive implantando a lógica do capital nas escolas.

Nos anos 2000 aproximadamente a esquerda ou centro-esquerda assume com suas particularidades o governo em vários países da América do Sul e tenta resgatar as políticas sociais, no entanto, enfrenta dificuldades para reerguer a economia.

O Estudo não foi completamente exaurido, sugerimos pesquisas mais aprofundadas, pois há campos que merecem novas abordagens junto ao tema, como, fatores sociais, econômicos, políticos dentre outros. Desse modo, possibilitando futuras pesquisas. Foram registradas aqui as percepções a partir das contribuições teóricas acerca dos movimentos sociais, do giro da esquerda na América Latina, a fim de compreendermos o contexto histórico das políticas neoliberais e pós-liberais na América Latina.



REFERÊNCIAS

ARDITI, B. (2009) “El giro a la izquierda en América Latina: ¿Una política pos liberal?”, en *Ciências Sociais Unisinos* 45(3):232-246, septiembre/diciembre.

BRASIL. Acordo de empréstimo (Projeto de ensino básico urbano para as regiões norte e centro-oeste) entre república federativa do Brasil e banco internacional para reconstrução e desenvolvimento. Brasília, DF, 1984.

CASTAÑEDA, J. *Latin America's Left Turn*. Foreign Affairs, 2006.

CERVO, A L.; BERVIAN, P.A **Metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Makron Books, 1996, 90p.

FAGNANI, Eduardo. **O desmonte do Projeto de Estado Social**. Entrevista concedida a Muito Mais – Revista Eletrônica, em 12 de setembro de 2005.

FIGUEIREDO, I. Z. A construção da centralidade da educação básica. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.) *Navegando pela história da educação brasileira*. Campinas-SP: Graf.FE: HISTEDBR, 2006, V. 01, P. 01-13.

FIORI, J. L. *Brasil no espaço*. Petrópolis: Vozes: 2001.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PARO, V. H. *Administração escolar: introdução crítica*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

_____. *Escritos sobre educação*. São Paulo: Xamã, 2001a.

PETERSEN, A. T. T. O papel dos organismos multilaterais na definição das políticas sociais brasileiras a partir dos anos noventa. In: GUIMARÃES, G. T. D.; EIDELWEIN, K. *As políticas sociais brasileiras e as organizações financeiras internacionais*. Porto Alegre: Edipucrs, 2010.

REIS, C.N. et al. Ajuste fiscal e gastos sociais no Brasil: a estabilidade em detrimento da equidade a partir das influências do FMI e do Banco Mundial. In: GUIMARÃES, G. T. D.; EIDELWEIN, K. *As políticas sociais brasileiras e as organizações financeiras internacionais*. Porto Alegre: Edipucrs, 2010.

SCAFF, E. A. S. Diretrizes do Banco Mundial para inserção da lógica capitalista nas escolas brasileiras. In: PARO, V. H (Org.). *A teoria do valor em Marx e a educação*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SOARES, L. T. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2000.

SVAMPA, M. (2006) “Movimientos sociales y nuevo escenario regional: las inflexiones del paradigma neoliberal en América Latina”, *Sociohistórica*, nº 19/20.